

Ministério da Justiça prevê investir 7,7 ME nos Açores

Plano estratégico plurianual de requalificação e modernização da rede de tribunais prevê um investimento nos Açores de 7,7 milhões de euros, entre 2018 e 2028. Será construído um novo tribunal em Ponta Delgada

LUÍS PEDRO SILVA
lsilva@acorianooriental.pt

O Ministério da Justiça apresentou um plano de investimento de 7,7 milhões de euros para os Açores, ao longo dos próximos dez anos.

As propostas foram apresentadas no Plano Estratégico Plurianual de Requalificação e Modernização da Rede de Tribunais, aponta uma verba de 2,2 milhões para a construção de um novo edifício em Ponta Delgada e 5,5 milhões de euros para remodelações.

O plano de investimento prevê um investimento de 2,7 milhões de euros para obras de remodelação e beneficiação a efetuar até 2022, sendo que o grosso do investimento foi calendarizado para os anos de 2023 a 2028.

A obra para a construção de um novo edifício, na cidade judiciária de Ponta Delgada, está prevista ser realizada entre 2024 e 2025, através de um investimento de 2,2 milhões de euros.

O novo edifício vai receber o Tribunal Administrativo e Fiscal, que está atualmente no edifício que alberga o Tribunal de Família e Menores e o Tribunal de Trabalho.

Também vai ser colocado no novo edifício a Instância Local Cível de Ponta Delgada, que conta atualmente com três juízes.

Será ainda transferido para o novo edifício o espólio e arquivo do Tribunal de Ponta Delgada. O Ministério da Jus-

tiça revela que, “caso se verifique haver ainda espaço disponível, poderá também ser instalado no novo edifício os serviços do Instituto de Registos e Notários, que estão atualmente em instalações arrendadas”.

A construção de um novo edifício em Ponta Delgada poderá ser a solução para os problemas com a falta de espaço na atual cidade judiciária.

O relatório do Ministério da Justiça aponta alguns constrangimentos no Palácio de Justiça de Ponta Delgada, “tais como a falta de salas de audiências, os gabinetes estão no limite para instalação dos magistrados, não há gabinetes para inspeções ou outras ne-

cessidades, as áreas de secção são reduzidas e falta área para arquivo e espólio”.

A existência destas limitações provoca uma “ocupação intensiva do edifício” e provoca problemas na gestão do espaço, havendo “gabinetes de magistrados em locais de acesso público”.

A única solução para este problema será com a construção de um novo edifício, sendo que a obra está prevista começar apenas em 2024.

Obras urgentes

O Ministério Justiça refere que na Comarca dos Açores “estão referenciados os edifícios onde se encontram identificados e subsistem constrangimentos



Ministério paga renda de 28.450 euros/mês em Vila Franca



funcionais ou construtivos mais expressivos, que carecem de resolução, destacando-se as questões de climatização, acessibilidades, segurança e locais de detenção de primeira prioridade”.

Sem proposta para a renda em Vila Franca

O edifício onde funciona o Tribunal de Vila Franca do Campo é arrendado pelo Ministério da Justiça, que paga uma renda mensal 28.450 euros durante 15 anos.

O contrato de arrendamento do edifício de quatro pisos foi assinado em julho de 2010, sendo que o final deste contrato termina em 2025, durante o período analisado pelo Plano Estratégico Plurianual de Requalificação e Modernização da Rede de Tribunais, apresentado pelo Ministério da Justiça.

O documento com 340 páginas não refere nada sobre a existência deste contrato ou apresenta uma solução para garantir o funcionamento do tribunal em Vila Franca, após 2025. ♦

Grande parte do investimento está direcionado para obras de manutenção dos tribunais na comarca dos Açores

O Ministério da Justiça pretende apostar numa política de investimento na manutenção dos edifícios para garantir uma maior durabilidade, conforto e segurança.

“Em virtude do forte desinvestimento em manutenção que se fez sentir nos últimos anos, é imperioso atribuir uma atenção qualificada a esse segmento - manutenção e conservação dos edifícios e equipamentos - encarando-se essa intervenção como uma prática regular e sustentável, devendo os organismos com competência na matéria, não só identificar mecanismos e instrumentos que lhes permitam dispor de informação atualizada, como prever, nos respetivos orçamentos anuais, verbas para este fim, por forma a garantir a disponibilidade operacional constante e equilibrada dos edifícios e dos equipamentos, e aumentar a sua vida útil”, assinala a proposta apresentada pelo Ministério da Justiça. ♦



ARQUIVO AO/ EDUARDO RESENDES



ARQUIVO AO/ EDUARDO RESENDES

Criado espaço para detenção de jovens



Previstas obras nas celas do tribunal da Povoação



ARQUIVO AO/ EDUARDO RESENDES

Francisca Van Dunem aguarda consenso alargado para este projeto

Plano prevê investir 275 milhões

O Governo prevê investir quase 275 milhões de euros na próxima década na construção e requalificação de tribunais, sendo o valor mais alto (44 milhões de euros) dedicado à transferência dos tribunais situados no Campus de Justiça, em Lisboa.

Num relatório elaborado pelo Ministério da Justiça, e a que Agência Lusa teve acesso, é fei-

ta a caracterização do edifício da primeira instância e apresentado um pacote financeiro para 10 anos, que, entre outros, contempla investimento nos tribunais da comarca do Porto (14,8 ME), Coimbra (18,5 ME) e Lisboa (44,1 ME), mais as obras de requalificação do Palácio de Justiça de Lisboa (28 ME).

O Plano Estratégico Plurian-

ual de Requalificação e Modernização da Rede de Tribunais, um documento com quase 400 páginas, faz a caracterização dos edifícios judiciais e propõe a intervenção ao nível das infraestruturas dos tribunais de primeira instância, - jurisdição comum e administrativa e fiscal - para a próxima década. ♦ LUSA

Tribunal Administrativo e Fiscal muda de espaço

O Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada deverá mudar de instalações, até ao final deste ano. A decisão da mudança já foi comunicada pelo juiz presidente do Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, sendo que os juizes colocados neste tribunal, vão deixar o edifício do Palácio do Marquês da Praia e Monforte e passam a trabalhar na rua do Aljube, onde já funcionou o Tri-

bunal de Família e Menores e a sede da Arrisca. A mudança de instalações vai aumentar a disponibilidade de espaço e a gestão das salas de audiência no Palácio do Marquês da Praia e Monforte. Neste local funciona atualmente o Tribunal de Família e Menores e o Tribunal de Trabalho, além da coordenação do Ministério Público e juiz presidente do Tribunal da Comarca dos Açores. ♦ LPS



ARQUIVO AO/ EDUARDO RESENDES

Tribunal Administrativo e Fiscal vai mudar de instalações

Ministra espera acordo de todos os partidos

A ministra da Justiça espera que o plano de requalificação e modernização da rede de tribunais, que prevê um investimento de quase 275 milhões de euros na próxima década, possa merecer o acordo de todos os partidos.

“É uma proposta nossa que, obviamente, gostaríamos que tivesse o acordo e o consenso dos outros partidos. A nossa vontade é essa, que os partidos com assento parlamentar estejam de acordo ou apresentem propostas alternativas que possam ser avaliadas no quadro daquele documento”, disse hoje Francisca Van Dunem.

Em declarações aos jornalistas, na Figueira da Foz, à margem do encerramento do Encontro Anual de Avaliação da Atividade das Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, a ministra da Justiça frisou que o Plano Estratégico Plurianual de Requalificação e Modernização da Rede de Tribunais é uma proposta, um “documento aberto”, que está em discussão pública e sujeito a contributos.

“Assim que tivermos reunido informação e os contributos que nos forem fornecidos, partiremos então para um documento final”, asseverou a governante.

Questionada pela Lusa sobre se a proposta de investimento com o horizonte de uma década implica um acordo prévio, nomeadamente com o PSD, a ministra respondeu que o Governo tem de “planear o futuro” e que há situações, como a dos edifícios

arrendados no Campus da Justiça, em Lisboa, cujos contratos terminam daqui por poucos anos.

“Seria total irresponsabilidade da parte do ministério da Justiça ficar a aguardar a próxima legislatura ou outra, para entregar nas mãos de quem chegasse um problema que nós já conhecíamos”, argumentou.

Sobre a situação específica do Campus da Justiça, Francisca Van Dunem disse que o Governo tem de ter uma solução, porquanto aqueles edifícios “são espaços arrendados”.

“Não sabemos como estará o mercado nessa altura [do final do contrato], não sabemos que condições teremos ou não para renegociar aquele contrato e portanto não poderemos deixar que um próximo Governo chegue e de repente se encontre sem nenhuma preparação. Pode fazer uma opção diferente, obviamente que um Governo que chegar é livre de fazer opção, porque isso é da competência do Governo”, afirmou a ministra.

Francisca Van Dunem frisou que o “valor elevado” que o Estado paga hoje de rendas de instalações - que ronda os 13 milhões de euros por ano, para cerca de quatro dezenas e meia de imóveis utilizados para tribunais - pesa na decisão de avançar para a construção de novos edifícios.

“Mas sobretudo as rendas acabam por surgir num ambiente de grande dispersão de espaços e a nossa lógica é uma lógica de alguma concentração de espaços e de espaços próprios”, alegou. ♦ LUSA